

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/6593	9642/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCQV - DDGED - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o **CGB Clube Desportivo**, com o RECAM 498/2025, no valor de **7.968,59€ (sete mil, novecentos e sessenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos)**.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Maria Sarmelo de Macedo Araújo (1 / 2)
Idade residente: 28/02/2025
D.N.A. 682c886b1f3cae766374d617b5034f
HASH: 682c886b1f3cae766374d617b5034f

BRAGA

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (2 / 2)
Idade residente da Câmara Municipal: 11/03/2025
D.N.A. 225f29b0a31c3724e8a3d793f72833955
HASH: 225f29b0a31c3724e8a3d793f72833955

BRAGA



Data: 18/02/2025

Nº Processo: 7715/2025

Processo: Pedido de Apoio - Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo | CGB
Clube Desportivo

O **CGB Clube Desportivo** pessoa coletiva n.º 508 752 256, com sede na Rua do Outeiro, n.º 6 4700-678, Palmeira, Braga, com o RECAM 498/2025, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, no valor de **7.968,59€ (sete mil, novecentos e sessenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos)**.

O CGB Clube Desportivo iniciou-se em dezembro de 2024, encontrando-se a desenvolver a sua atividade no pavilhão de Nogueira. Nesse sentido, o clube necessita de adquirir equipamentos necessários à modalidade, a fim de melhorar as condições de treino dos ginastas.

O apoio financeiro visa assim, o apoio na aquisição de material desportivo essencial para a prática da modalidade, enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município a celebração de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, com o **CGB Clube Desportivo** pessoa coletiva n.º 508 752 256, com sede na Rua do Outeiro, n.º 6 4700-678, Palmeira, Braga, com o RECAM 498/2025, no valor de **7.968,59€ (sete mil, novecentos e sessenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos)**.

À consideração superior,

Utilizador: Ana Isabel de Oliveira Vinhas

**MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA
DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Ana Sofia Costa Queirós, em representação do **CGB Clube Desportivo**, na qualidade de Presidente, pessoa coletiva n.º 518276180, com sede na Rua do Outeiro, n.º 6, 4700-678 Palmeira, Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª
(Objeto)**

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar a aquisição de material desportivo essencial para a prática da modalidade.

**Cláusula 2.ª
(Obrigações da ENTIDADE)**

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
 - b) A **ENTIDADE** enviará sempre que solicite o pagamento de qualquer valor, os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, procedendo o **MUNICÍPIO** ao pagamento até ao valor referido na cláusula sexta do presente contrato;
 - c) Em cada entrega de valores por parte do **MUNICÍPIO**, a **ENTIDADE** obriga-se a emitir o respetivo recibo de quitação;
 - d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
 - e) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
 - f) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;

- g) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- h) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- i) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- j) Facultar, sempre que o Município necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
- k) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- l) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- m) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **7.968,59€ (sete mil, novecentos e sessenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos)**.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, devendo ser anexado os documentos para comprovar a realização da despesa.

Cláusula 4.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2025.

Cláusula 7.ª

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.
2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 9.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____ em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Ana Queirós)